



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

III SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Governador do Estado Delta, decidiu por realizar compra de materiais de escritório para todas as secretarias do referido Estado. Para tanto, publicou edital de licitação na modalidade tomada de preços com base na lei 14.133/21.

Além da tomada de preços, o edital previu também um procedimento próprio inovador, com a finalidade de dar celeridade à licitação, inserindo na tomada de preços algumas características próprias da modalidade diálogo competitivo, criando uma espécie de modalidade mista de licitação.

No procedimento licitatório, o Governador, ainda, conjugou as leis 8.666/1993 e 14.133/2021, constando no Edital que apesar de a licitação ser celebrada pela lei 14.133/2021, o contrato seria assinado e regido pela antiga Lei de licitações. Esta cláusula justificar-se-ia em razão da maior facilidade que os agentes públicos ainda possuem para fiscalizar contratos com base na lei anterior.

Cinco dias úteis antes da data da abertura do certame, a Empresa M2 LTDA apresentou impugnação ao edital, solicitando a revisão de suas cláusulas, por agredir diversos dispositivos da legislação federal.

A impugnação, contudo, foi negada em ato assinado pelo próprio Governador do Estado, sob o argumento de que a impugnação administrativa do edital de licitação é vedada pelo ordenamento jurídico.

Uma semana após a publicação da referida negativa, a Empresa M2 LTDA procura você para que, na qualidade de advogado, maneje a medida judicial mais célere apta a garantir a anulação do procedimento licitatório.

Neste momento, os administradores da empresa entregam-lhe todos os documentos que comprovam os fatos por ela narrados, notadamente a cópia do edital de licitação, a cópia da impugnação administrativa e da negativa assinada pelo Governador do Estado.

Elabore a medida judicial mais célere, cabível para defender os interesses do seu cliente.

[5,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Após a fase declaratória de utilidade pública realizada pela União, determinada Empresa Estatal Federal, enquanto prestadora de serviço público, foi incumbida de promover a desapropriação do imóvel de Ricardo.

Para tanto, pretende promover a chamada desapropriação amigável ou, caso não se concretize, tomar as medidas judiciais cabíveis para levar a efeito a intervenção do Estado na propriedade.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

A) Após notificação da proposta de indenização, o proprietário tem prazo para aceitar ou rejeitar a proposta ou poderá se manter em silêncio quando aceitar a proposta? (0,65)

B) Com a declaração da utilidade pública, o expropriante pode ingressar nas áreas declaradas para realizar inspeções? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Míriam, após se envolver em um grave acidente automobilístico perdeu 100% da visão do seu olho esquerdo. Diante dessa dificuldade, por muitos anos adiou seu sonho de ser servidora pública, retomando aos estudos recentemente.

Ao saber de um concurso com vaga para secretaria, buscou logo se inscrever, mas tendo em vista sua dificuldade, ficou na dúvida se poderia se enquadrar nas vagas de pessoas com deficiência, vez que sua visão passou a ser monocular.

Não bastasse isso, também ficou com medo de em caso de nomeação, não poder mais tomar posse em razão de sua idade que hoje é de 45 anos.

Para sanar essas questões, procura você, para que na qualidade de advogado, possa auxiliar nas seguintes questões:

A) É possível que os portadores de visão monocular concorram nas vagas de deficientes na realização de concursos públicos? (0,60)

B) Não havendo qualquer disposição legal, é correta a exigência de requisitos envolvendo idade para posse em concurso público? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A empresa JS Pneus, fornecia sem notas, pneus para caminhões e maquinários ao Município X.

Após uma vasta investigação, foi descoberto que Marcos, diretor da empresa, era cunhado do secretário de obras do município, responsável pela compra dos produtos.

Ficou comprovado que com esse fornecimento irregular conseguiam desviar mais de R\$ 2.000.000,00 de reais por ano de verbas públicas.

A fim de responsabilizar a empresa e honrar a prática anticorrupção do Município, com a abertura do processo administrativo, o prefeito oportunizou a Empresa JS Pneus, de fazer um acordo de leniência, pois havia indícios de envolvimento de outras empresas nos recorrentes desvios.

Com base no fato, responda:

A) O acordo de leniência exime a empresa de reparar o dano causado ao Município X? Existe algum benefício para quem realiza o acordo? (0,60)

B) Sendo a Empresa JS Pneus responsabilizada, pode Marcos ser responsabilizado individualmente pelo ato ilícito de corrupção? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Após correto procedimento licitatório, o Município X contratou a Empresa Alpha para construção de um novo hospital municipal no valor de R\$ 50 milhões. Após dar início a obra, o Tribunal de contas do Estado, fez uma auditoria e identificou que a empresa contratada não possuía Certidão de Acervo Técnico (CAT) específica e indispensável para execução de obras hospitalares.

Com a identificação do vício insanável, pois a empresa não poderia obter a certidão de forma retroativa, o Município declarou a nulidade da licitação por interesse público.

Com base no caso narrado, responda:

- A) Diante do caso narrado, constatada irregularidade no procedimento licitatório com vício insanável, pode a administração pública decidir pela nulidade do contrato? (0,60)
- B) A nulidade exonera a administração do dever de indenizar a empresa Alpha pelo que houver executado até a data da declaração? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel